

APRESENTAÇÃO

Educação, diversidade cultural e linguística: debates sobre questões de Angola e do Brasil

Education, cultural diversity and linguistics: discussions about Angolan and Brazilian issues

Marinalva Vieira Barbosa*
Adriana Santos Batista**

*É preciso navegar
Pra poder se esclarecer
Do lado de lá do mar
É preciso ver pra crer [...]
(Lá de Angola, João Nogueira)*

Os fatores históricos e culturais que unem Angola e Brasil manifestam-se em diferentes esferas que marcam profundamente a identidade de seus povos. Desde a questão linguística, com o compartilhamento de uma língua oficial levada pelos colonizadores, passando por aspectos como alimentação, religiosidade, manifestações culturais e outras características que mantêm os laços existentes entre os dois países. Para além dessas ligações, decorrentes, principalmente, dos processos de colonização, há também formas de parcerias que, partindo de uma fraternidade que não se constituiu como escolha, optaram por manter e consolidar essa ligação com vistas ao desenvolvimento de ambos.

O trecho que constitui a epígrafe desta apresentação provém de uma dessas iniciativas, trata-se do *Projeto Kalunga*, que, sob coordenação de Chico Buarque e do produtor Fernando Faro, levou em 1980 um grupo de 65 brasileiros para uma série de shows em Angola, nas cidades de Luanda, Benguela e Lobito, a convite do então presidente angolano Agostinho Neto (MUSEU AFRO DIGITAL

* Pós-doutorado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e doutorado em Linguística pela Unicamp. Docente da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Contato: marinalvav@gmail.com

** Doutorado em Filologia e Língua Portuguesa pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Contato: drisb11@yahoo.com.br

– UERJ). Dessa parceria, resultaram músicas como *Morena de Angola*, de Chico Buarque, e *Luanda*, de Djavan, que, além de eternizarem o encontro, influenciaram a produção musical dos dois países, como indica Meihy (2004, p. 127): “o impacto dessa visita para os dois pólos é fundamental como explicação dos novos rumos do *semba* e do *samba contemporâneos*”.

Em *Lá de Angola*, música de João Nogueira tida como uma das menos conhecidas do *Projeto Kalunga*, ao se abordarem as origens do *samba*, fala-se sobre o conhecimento que só pode ser adquirido a partir do contato com uma cultura diferente, ou, de modo mais específico, sobre o que foi possível aprender acerca do próprio Brasil e da música brasileira por meio da parceria estabelecida com Angola. Nos estudos sobre Educação, em diversas áreas do conhecimento, a atuação *do lado de lá do mar* também tem sido um processo bastante enriquecedor e profícuo, a partir do qual têm sido desenvolvidas reflexões com potencial de reverberar nas práticas educacionais, em diferentes níveis, nos dois países.

Por ser pautado nessa relação histórica, o trabalho de cooperação internacional a ser apresentado neste dossiê se sustenta em uma concepção de cooperação como solidariedade e responsabilidade comum perante as desigualdades sociais e históricas. Essa concepção, no interior das universidades brasileiras, é também chamada de cooperação Sul-Sul. Por essa perspectiva, a Educação tem lugar fundamental, pois entendemos que dela advêm as possibilidades de construção da autonomia dos povos brasileiros e angolanos.

Nesse sentido, cabe destacar que a concepção de educação que orienta o trabalho de cooperação apresentado neste dossiê:

não é uma dádiva, uma doação de uma pessoa que sabe àqueles que não sabem, mas algo que se apresenta como um desafio para educador e educando, um desafio que é a própria realidade composta de situações-problema, de inquietações, de angústias e de aspirações de um grupo. Isto constitui a matéria-prima do processo educacional do nosso fazer nesses dias. (OLIVEIRA, 1989, p. 31 apud ECCO e NOGARO, 2015, p.3527).

Para dar materialidade a tal concepção, entendemos que é fundamental produzir reflexões, estabelecer análises comparativas, encontrar os pontos de diálogos e distanciamento entre as práticas educativas presentes no Brasil e em Angola. Ou seja, faz-se necessário considerar os elementos culturais, as desigualdades econômicas, as variedades, os preconceitos linguísticos e as questões étnico-raciais existentes nessas duas sociedades e que são constitutivas das práticas de formação de professores. O tema deste dossiê sinaliza para esse entendimento e, principalmente, visa indicar que a cultura e a produção linguística são constitutivas das práticas educacionais.

O objetivo deste dossiê é apresentar relatos e reflexões sobre o amplo trabalho de cooperação que vem sendo realizado entre instituições de ensino superior brasileiras (USP, UFTM, UFRN, UFPA, UFBA, UFSB, UNICENTRO, UEA, UFMS) e angolana, especificamente com o Instituto Superior de Ciências da Educação do Cuanza Sul (ISCED-CS), da Universidade Katyavala Bwila. Trata-se de um dossiê composto por artigos de pesquisadores de instituições de Angola e do Brasil. A composição dessa arquitetura de vozes deve-se à compreensão de que a cooperação acadêmica que envolve a pesquisa e o ensino precisa ser libertadora, também precisa se sustentar na busca de uma relação equipolente entre vozes dos parceiros envolvidos (BAKHTIN, 1979). Ou seja, não se trata somente de apresentar artigos de pesquisadores atuantes no Brasil sobre a Educação em Angola, mas de possibilitar que ambos os lados discutam esse tema a partir das posições que ocupam nesse processo.

O conjunto de artigos é expressivo dessa vontade de trabalhar em diálogo. Por isso, trata-se de um dossiê em que linguistas, pedagogos, educadores, historiadores, educadores ambientais, teóricos da literatura apresentam reflexões sobre diferentes temáticas. Em síntese, os textos aqui reunidos apresentam discussões sobre: desafios que norteiam as ações entre as IES parceiras; políticas educacionais; relações de gêneros na escola e formação de professores; profissionalização docente; desempenho pedagógico; construção de pensamento crítico; tensões entre incorporações e imposições nas relações linguísticas; silêncios sobre o perfil do professor angolano em textos jornalísticos; características da produção acadêmica sobre aspectos linguísticos

de Angola; discursos e compreensões de graduandos angolanos sobre sua cultura e relações sociais; o papel da estatística no ensino para a diversidade; e os impactos ambientais e sociais da prática de mineração para o município do Sumbe. Por diferentes perspectivas, temas relacionados, direta ou indiretamente, à educação, à diversidade cultural e linguística, no Brasil e em Angola, são postos em discussão.

CONCEPÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

No cotidiano das universidades públicas brasileiras, a cooperação internacional se tornou tema atual e objeto de grande atenção. Deixou de ser um aspecto de interesse específico de um pesquisador ou do seu grupo para se tornar questão institucional. Consequentemente, os investimentos governamentais nas ações de cooperação fizeram com que tais ações deixassem de ser externas à universidade. Elas passaram a ter impactos nas políticas e nas formas de gestão internas, uma vez que a qualidade e o impacto do desenvolvimento científico e tecnológico também foram atrelados ao volume e às formas de cooperação que as instituições de ensino superior podem desenvolver.

Diante disso, a cooperação internacional centrada no desenvolvimento científico e tecnológico ganhou volume, intensidade e visibilidade nas últimas décadas do século XX e início do século XXI. “Partindo de uma base inexpressiva em meados do século XX, [...] representa hoje uma parcela considerável da pesquisa científica. [...] Esse crescimento, no entanto, afetou de maneira desigual tanto as diversas áreas de conhecimento como os diferentes países” (GAMA E VELHO, 2005, p. 01).

Gama e Velho (2005) destacam ainda que essa explosão das parcerias científicas, no Brasil prioritariamente científicas e acadêmicas ao mesmo tempo, ocorreu entre países avançados, ou entre países em desenvolvimento e avançados. Mesmo nas situações em que, para o avanço de algumas áreas do conhecimento, havia a necessidade da participação dos países em

desenvolvimento, a relação sempre teve como eixo orientador o binômio centro-periferia.

Esse binômio, também nomeado de cooperação internacional Norte-Sul, tem como eixo norteador a transferência de concepções, modos de saber-fazer desenvolvidos por aqueles que são considerados centros legítimos de produção de conhecimento às populações alvo, situadas nos países considerados não desenvolvidos ou em desenvolvimento. Conjuntos de saberes técnicos-científicos (oriundos de contextos e sistemas de saberes-técnicos científicos de origem ocidental) são transferidos, muitas vezes numa perspectiva de constituição de dominações, para as populações dos países localizados no chamado eixo Sul, ou periférico.

A política de cooperação orientada pelo binômio Norte-Sul é centrada numa perspectiva de reprodução controlada dos conhecimentos, o que leva ao entendimento da superioridade técnica e científica dos agentes do Norte sobre os do Sul. Consequentemente, esse entendimento também passa a ser visto como uma autorização para a imposição de culturas, valores e modos de interpretações que passam a ser considerados universais.

Mediante os confrontos que tais imposições começaram a produzir, surgem os questionamentos a esse modelo, uma vez que a cooperação internacional, no sentido mais amplo que pode ter numa sociedade, é uma prática que constrói novas culturas, novas interpretações e configurações para os saberes locais. Dito de outro modo, junto com o desejado desenvolvimento científico e tecnológico, as cooperações, a partir da forma como são construídas e implementadas, educam, criam novas ecologias de saberes que interferem nas culturas, nas compreensões que os povos envolvidos nesses processos constroem de si e de sua história (SANTOS, 2017).

As práticas científicas construídas a partir do binômio Norte-Sul, centro-periferia tornaram-se meios de organizar e disciplinar relações entre iguais e diferentes. Entre os que conhecem e os que não conhecem. Diante disso, o conhecimento científico emergiu como um meio de afirmação da superioridade dos que o detêm em relação aos que não o detêm. Meneses (2017), ao analisar

a complexidade da produção de conhecimento na sociedade moçambicana, afirma o seguinte:

A hegemonia crescente do conhecimento científico moderno na Europa foi sinônimo, em grande parte do espaço colonial, da missão de organizar e disciplinar as populações autóctones. A ciência moderna, com o seu sentido ou ordem e poder, tornou-se um meio de regular as relações entre os ‘civilizados’ e os ‘insubordinados’ (Meneses, 2007). [...] De repente, o conhecimento científico emergiu como um instrumento de afirmação da superioridade portuguesa, uma mudança que transformou os saberes do ‘outro’, com quem tinham estado em contato durante séculos, em formas inferiores e locais de interpretar o mundo (MENESES, 2017, p. 225).

Pela perspectiva hegemônica, o conhecimento científico e a própria relação entre instituições de ensino superior não se dão de forma igual. A relação centro-periferia define as representações e as formas de compromissos que os parceiros assumem na construção das práticas de cooperações. Como contraponto a essa concepção, surge a defesa da necessidade de construção de novos modelos de cooperações, centrados em relações menos desiguais e ancoradas no respeito à diversidade histórica, cultural e econômica dos parceiros. Trata-se da cooperação Sul-Sul. Nessa perspectiva, está a defesa da construção de uma compreensão de que o conhecimento produzido num contexto específico não é universal, válido para todos os demais contextos. Ao contrário, é dinâmico, coletivamente construído e lastreado pelas especificidades sociais, culturais, políticas e econômicas locais.

Nas parcerias construídas a partir da perspectiva Sul-Sul, busca-se privilegiar os processos de construção conjunta, visando a proposição de uma nova ecologia dos saberes e, conseqüentemente, o reposicionamento dos valores e pesos dos discursos produzidos para e entre parceiros. Por essa via, o diverso, o plural passam a ser pensados como elementos importantes à construção da coexistência de saberes e práticas locais na relação com o conhecimento técnico-científico.

Com base na defesa da necessidade de construção de novas formas de cooperação e, principalmente, mudança na flecha orientadora das relações históricas existentes entre Brasil e Angola, é que estão sendo delineadas as

práticas de cooperação entre as IES brasileiras e angolanas. Situados no campo da ciência da educação, partimos do princípio que a cooperação entre instituições acadêmicas do Brasil e de Angola pode ser construída a partir da ideia de que não há uma epistemologia adequada para explicar a diversidade do mundo, o que há são possibilidades de construção de explicações a partir dos saberes diversos que são produzidos pelas populações envolvidas.

Por essa perspectiva, assumimos que em ambos os lados envolvidos há conhecimentos, culturas, saberes, que, se postos em diálogo, possibilitam novas compreensões daquilo que é diverso. Todos os conhecimentos sustentam modos de fazer e, conseqüentemente, são constitutivos de sujeitos, da cultura e da linguagem. Ao mesmo tempo em que assumimos essa dialogicidade, assumimos também a defesa de que, em um trabalho de cooperação, sobretudo o que envolve a Educação, é necessário o cuidado constante para que os resultados das ações desenvolvidas não sejam deterioradores das culturas de ensino e aprendizagem do público alvo da cooperação.

IMPLICAÇÕES DAS QUESTÕES LINGÜÍSTICAS E CULTURAIS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Compreender as relações culturais e linguísticas presentes numa sociedade é de fundamental importância para os processos de formação, sobretudo a do professor. Isso porque o êxito do exercício da docência, em qualquer área, passa pela compreensão das demandas históricas de uma sociedade. Assim, nesse contexto de cooperação entre países que compartilham não somente aspectos linguísticos, mas também culturais, ganham destaque as possibilidades de atuação no que diz respeito à formação de professores em diferentes níveis de ensino. Independentemente de qual seja a área em que um professor se forme, será fundamental que em sua trajetória de estudos haja espaço para se pensar sobre aspectos linguísticos e identitários de seu país. Em um país, como é o caso de Angola, em que são faladas diferentes línguas e no qual, não raro, coabitam a mesma sala de aula alunos e professores que não têm um idioma comum, faz-se necessário discutir estratégias para um ensino mais efetivo e transformador.

Uma das premissas para a construção dessas estratégias é a consideração da formação de professores como um processo amplo e contínuo, que envolve não somente os alunos de cursos de licenciatura e magistério, mas também os seus professores e, portanto, formadores. Nesse sentido, acreditamos que a atuação em projetos de internacionalização nos moldes Sul-Sul têm a contribuir tanto nos diferentes campos epistemológicos em que atuam seus integrantes, quanto em sua própria prática docente, posto que, no caso dos autores que compõem este dossiê, além de pesquisadores, a maioria atua no ensino em cursos de licenciatura.

Para que haja algum efeito de produção de conhecimento e, conseqüentemente, de reverberação na prática docente de formação de professores em contextos de cooperação, faz-se necessária a reflexão sobre as identidades nacionais que estão em jogo quando se toma contato com uma outra cultura. Partindo das reflexões de Benedict Anderson (2008) sobre comunidades imaginadas, podemos concebê-las como constitutivas de objetos de desejos e projeções que modulam uma variedade de terrenos sociais, incorporando elementos políticos e ideológicos. Por extensão, uma nação também é uma construção imaginada, pois, sendo impossível a seus membros conhecerem todos os outros membros do espaço denominado nacional, fazem imagens de um único “corpo”, invariavelmente imaginado. Nesse sentido, as comunidades, nacionais ou não, diferenciam-se pelo modo como são imaginadas e não pelo grau de falsidade ou autenticidade de suas características, sejam elas religiosas, econômicas, políticas, linguísticas, etc.

Em diálogo com as concepções de Anderson, Hall (2006) postula que “as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre 'a nação', sentidos com os quais podemos nos *identificar*, constroem identidades” (HALL, 2006, p. 51). Nessa perspectiva, considerar características linguísticas e culturais como elementos constitutivos da identidade corresponde a assumir que, para além de suas manifestações concretas, as imagens que se têm acerca delas são também são determinantes para o modo como as mesmas serão abordadas em diferentes âmbitos, como, por exemplo, o ensino. Aqui, são pertinentes as considerações de Rajagopalan (2003), autor segundo o qual “a única forma de definir uma

identidade é em oposição a outras identidades em jogo. Ou seja, as identidades são definidas estruturalmente" (RAJAGOPALAN, 2003, p.71)

Embora essa construção imaginada seja um processo inerente à formação de sentidos sobre uma nação, seja ela a nossa ou não, as parcerias de cooperação acadêmica e científica estabelecidas com outros países propiciam um tipo de conhecimento que, advindo do contato e da oposição, diminui as possibilidades de perpetuação de informações estereotipadas. A ampliação desse imaginário passa por uma concepção mais ampla dos conceitos ligados à linguagem, para a qual é pertinente a ponderação de Rajagopalan (2003):

Os nossos conceitos básicos relativos à linguagem foram em grande parte herdados do século XIX, quando imperava o lema "Uma nação, uma língua, uma cultura". Previsivelmente eles estão se mostrando cada vez mais incapazes de corresponder à realidade vivida neste novo milênio, realidade marcada de forma acentuada por novos fenômenos e tendências irreversíveis como a globalização e a interação entre culturas, com consequências diretas sobre a vida e o comportamento cotidiano dos povos, inclusive no que diz respeito a hábitos e costumes linguísticos. (RAJAGOPALAN, 2003, p. 25)

No mesmo livro, o autor acrescenta que, no caso dos países africanos, por motivações anteriores aos processos de globalização, o multilinguismo costuma ser a regra. Assim, o primeiro desafio para uma aproximação e o estabelecimento de parcerias com outros países do eixo Sul-Sul, sejam eles da África ou não, é a própria compreensão de que sua identidade se constitui de múltiplas manifestações culturais e linguísticas. No caso de Angola, cuja situação linguística será aprofundada em alguns textos que compõem este dossiê, além da Língua Portuguesa, segundo Ndombele (2017, p. 84): "existem mais de vinte línguas angolanas de origem africana, com 90 (noventa) a 100 (cem) variantes umbundu, kimbundu, kikongo, tchokwé, fiote/ibinda, nganguela, nyaneca-humbi e kwanyama. Nenhuma destas línguas tem a categoria de oficialidade [...]".

Nesse cenário de múltiplas línguas coexistindo em território nacional, convém observar o paradoxo inerente à adoção da Língua Portuguesa como língua de unidade nacional após a independência em Angola. Se por um lado se

tinha por objetivo o fortalecimento das instituições por meio de um idioma com alguma abrangência territorial e projeção internacional, por outro, também se fazia (e ainda se faz) necessário pensar o lugar e o papel não somente das demais línguas presentes em Angola, mas, principalmente, dos grupos que as falam. A respeito dos aspectos políticos inerentes à adoção da Língua Portuguesa, Miguel (2014) apresenta o seguinte panorama:

A opção linguística do Governo angolano foi, desde a Independência, transformar a LP em instrumento de unidade nacional, impondo-a como obrigatória nos sectores mais actuaentes: no sistema educativo (como veículo de transmissão e como matéria de ensino), na informação, no sistema judicial e jurídico, na administração pública em geral. Esta decisão correspondia às realidades do povo angolano: a multiplicidade de línguas nativas justificava a adoção de uma língua comum ou, pelo menos, uma língua de maior distribuição territorial em Angola, ao contrário das restantes línguas angolanas, cuja distribuição era mais localizada. (MIGUEL, 2014, p. 17).

É possível estabelecer um paralelo com a situação linguística existente no Brasil, posto que, apesar da existência das línguas indígenas e de imigração, ainda se perpetua o mito do monolinguismo, restrito às variedades de maior prestígio. Uma das bases para a manutenção desse mito é a desigualdade social característica do Brasil, abordada por Lucchesi (2009) na seguinte passagem:

Quando se pensa a realidade linguística do Brasil em seu conjunto, não se pode deixar de ter em linha de conta, com a proeminência que lhe deve ser conferida, o grande abismo que separa uma minoria, que desfruta de bens e serviços do universo da cidadania, da grande maioria, que pouco ou nenhum acesso tem aos bens de consumo, aos serviços sociais e aos direitos sociais básicos [...]. (LUCCHESI, 2009, p. 42)

Em ambos os contextos, uma educação capaz de incorporar as diferentes variedades de uma língua (BARZOTTO, 2004), bem como as diferentes línguas de um país, mostra-se como um dos grandes desafios para a promoção do desenvolvimento econômico e social. Para além das ações no plano governamental, que preveem nos dois países o trabalho com a diversidade

linguística, há que se criar condições para que a formação docente contemple a diversidade, em diferentes âmbitos que não somente o linguístico, como um fator também definidor das identidades nacionais e que, portanto, deve ser considerada na atuação em sala de aula. Tendo como premissa essa formação integradora, que se baseia, entre outros aspectos, na incorporação e problematização das diferenças, temos conduzido as ações de cooperação acerca das quais materializam-se aqui algumas reflexões delas decorrentes.

AS COOPERAÇÕES ENTRE IES BRASILEIRAS E ANGOLANAS

A cooperação internacional entre IES brasileiras e angolana abordada neste dossiê vem se estruturando e desenvolvendo em torno dos seguintes eixos: a) organização e realização do Seminário de Formação de Professores – Angola/Brasil; b) oferta de disciplinas e realização de orientação nos mestrados do ISCED-CS por docentes de IES brasileiras; c) campanha para obtenção de livros visando a estruturação da biblioteca do ISCED-CS; d) produção de artigos, por discentes, docentes dos ISCED-CS e docentes das IES brasileiras, para publicação em periódicos e livros; e) realização de projetos de pesquisa em conjunto; f) elaboração do projeto visando a criação, estruturação e desenvolvimento do doutorado em Ciências da Educação do ISCED-CS.

A realização do Seminário de Formação de Professores - Angola-Brasil pode ser considerada a primeira ação de cooperação entre docentes angolanos e brasileiros no ISCED-CS. A primeira edição aconteceu em 2016 e, a partir de então, foram realizadas anualmente, sempre no primeiro semestre de cada ano, as edições subsequentes desse evento, cujo objetivo tem sido o de oferecer formação para professores de diferentes áreas do conhecimento - Língua Portuguesa, Geografia, História, Matemática, Ciências Biológicas e Literatura.

A programação do seminário, nas edições de 2016, 2017 e 2018, contou com a presença de docentes de diferentes países, que realizaram palestras em uma programação composta por mesas-redondas. Desde 2018, além das mesas, a programação passou a ser composta também por conferências e oficinas. Em 2019, foram acrescentadas à programação as sessões de

comunicação. Nessa edição, além dos docentes da USP, UFTM, UFPA, Unicentro, UFSC, UEMS, UTFPR, um docente do Moçambique, da Universidade Pedagógica, também participou como conferencista e oficinairo. A edição de 2019 apresentou um crescimento expressivo do número de participantes no evento. Foram cerca de 300 inscritos, público este majoritariamente composto por docentes da educação básica da região do Cuanza Sul, docentes e discentes dos cursos de graduação e pós-graduação do ISCED-CS e docentes brasileiros que também inscreveram trabalhos nas sessões de comunicação.

Do diálogo iniciado com a realização do seminário, em 2017, docentes brasileiros passaram também a se responsabilizar por disciplinas e orientações no mestrado em Educação Pré-escolar. Neste, 07 disciplinas foram ministradas por docentes das seguintes IES brasileiras: UFTM, USP, Unicentro, UEA, UFAL e UDESC. Nesse mesmo ano, 06 orientações foram assumidas por esses docentes. Em 2018, o quadro de docentes de IES brasileiras na pós-graduação do ISCED-CS aumentou, passando para 12, uma vez que passaram também a assumir disciplinas e orientações nos mestrados em Ensino Primário e em Ciências da Educação. Além dos docentes das instituições já mencionadas, outros, vindos da UFSB, UFBA, UFPA, UFRN e UFMS também passaram a compor o quadro de colaboração com o ISCED-CS, o que conduziu ao aumento no número de orientações. Dos mestrados em Ensino Primário e Ciências da Educação, 21 estão sendo orientados por docentes do Brasil.

Em decorrência da realização do seminário e do atuação dos docentes nos programas de pós-graduação, para o registro dos resultados desse trabalho em parceria, também foi elaborado um plano de publicação em conjunto a ser executado no período compreendido entre 2018 e 2023. O objetivo é realizar publicações, em periódicos e livros, de artigos, relatos de experiências e atividades didáticas. Como resultado desse plano de trabalho, na *Revista Iniciação & Formação Docente*, volume 05, n. 02 de 2018, com o tema “Políticas Linguísticas, Escrita e Formação de Professores no Brasil e em Angola”, artigos de docentes brasileiros e de alunos dos cursos de Mestrado em Educação Pré-Escolar foram publicados. O presente dossiê é resultado desse plano de publicação, executado entre os parceiros deste trabalho de cooperação. Além

dessas publicações, estão previstas ainda a organização de *e-books* e livros, todos seguindo a mesma lógica de composição, qual seja, com produções de docentes e discentes angolanos e brasileiros.

A oferta de uma formação consistente, na graduação e pós-graduação, passa pelo acesso e pela produção de conhecimento. Sendo assim, a biblioteca é fundamental numa instituição de ensino superior porque é o espaço que oferece suporte ao ensino, pesquisa e extensão. Além disso, é o espaço que contribui para produção e socialização do conhecimento local. Diante disso, mediante a dificuldade existente em Angola para aquisição e publicação de livros, faz parte do trabalho de cooperação realizado a expansão do acervo da biblioteca do ISCED-CS. Os docentes envolvidos na parceria aqui descrita, nos momentos que antecedem as viagens ao Sumbe, capital do Cuanza Sul, realizam campanhas visando a arrecadação de livros, de todas as áreas do conhecimento, para doação. Nos últimos três anos, cerca de 500 livros já foram entregues.

Docentes do ISCED-CS também compõem a equipe de pesquisa do projeto “Leitura e escrita no Brasil, Honduras, Angola e Chile: formação na universidade contemporânea e (re)produção de conhecimento”. Aprovado na Chamada Universal MCTIC/CNPQ/2018, esse projeto tem como objetivo:

analisar a leitura e a escrita acadêmica de alunos de diferentes áreas, inseridos em contextos culturais diversos, com vistas a verificar traços definidores dessas produções e problematizar a universidade contemporânea, tanto como espaço de formação de sujeito produtor de conhecimento, quanto, conseqüentemente, como espaço de produção de conhecimento (BARBOSA, 2018, p. 04).

Em decorrência desse projeto, no curso de Mestrado em Ciências da Educação, com foco no ensino da língua portuguesa, mestrandos do ISCED-CS optaram por analisar, na pesquisa para escrita da dissertação de mestrado, o ensino e a aprendizagem da leitura e escrita nos cursos de licenciaturas do ISCED-CS.

Em uma espécie de síntese desse percurso, em 2019 foi composto o grupo de trabalho para escrita do projeto de doutorado em Ciências da Educação

para o ISCED-CS. A proposta de criação do doutorado está alinhada com o Programa Nacional de Formação e Gestão de Pessoal Docente do governo de Angola e tem como objetivo a formação de doutores profissionais qualificados para a formação de pessoal docente nas áreas da Educação Pré-Escolar, Ensino Primário e Ensino de Línguas e Ensino Secundário Geral, Pedagógico e Técnico Profissional. A proposta justifica-se pela falta de profissionais para a área de educação, em todos os níveis, em Angola. Ou seja, buscamos criar as condições necessárias para formar formadores em Angola, para que possam ter seus próprios quadros docentes com condições de criar mais cursos de graduação e, principalmente, formar docentes para a educação básica, nível em que a demanda por profissionais com formação adequada para cada área é bastante expressiva. A meta é que o projeto seja avaliado em 2019 e tenha início em 2020. Se aprovado, será o primeiro doutorado em Angola na área de Ciências da Educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação, a diversidade cultural e linguísticas são elementos fundamentais a construção de compreensões sobre a história de um povo, são fundamentais à construção de sua autonomia e liberdade. Assim, elegê-los como locus de ação e de escuta significa assumir que a cooperação internacional, conforme já dito nos tópicos anteriores, no âmbito dos diálogos possíveis entre instituições de ensino superior, precisa ser baseada numa compreensão dialética da realidade educacional, cultural e linguística do país foco dessa ação.

A história de Angola e Brasil se encontram e entrecruzam. Logo, essa compreensão tem dupla face. Por isso, no presente das nossas ações, precisamos voltar o olhar para o passado e, a partir disso, projetar o futuro. Dito de outro modo, trata-se de uma de uma cooperação que exige análise, suspensão das interpretações existentes e construção de novas compreensões e, principalmente, de novas formas de pensar a relação Brasil e Angola ou Angola e Brasil. Para tanto, conforme exposto no tópico sobre a concepção de cooperação que norteia a nossa prática, mais do que uma ajuda externa, “mais

do que um simples ato de boa vontade”, o trabalho que buscamos desenvolver pode ser lido como atos políticos entre pesquisadores, docentes, brasileiros e angolanos (SIMIÃO; SILVA, 2007).

Ao irmos ao Sumbe, ao nos pormos em sala de aula para formar professores, ao discutirmos projetos de pesquisa em conjunto, ao produzirmos reflexões acadêmicas, ao organizarmos seminários interferimos na história que lá está se construindo, mas também nos transformamos. Nesse movimento de colaboração que, centralmente, visa a estruturação da educação superior em Angola, torna-se necessário dialogarmos com a diversidade cultural e linguística lá existente. Nessa imersão, encontramos na cultura angolana, nas práticas sociais, alimentares, nas relações interpessoais elementos que, mesmo que reinterpretados, repostos nos diversos contextos brasileiros, ajudam-nos a compreender a história do negro no Brasil. Ou seja, no movimento de ir e vir, produzimos novos significados sobre as práticas culturais, linguísticas e educacionais que se desenvolvem lá e aqui.

Em síntese, a eleição dos eixos elencados – realização de evento acadêmico, estruturação de programa de pós-graduação, estruturação de biblioteca, produção de artigos visando a divulgação de resultados de pesquisas, desenvolvimento de projetos de pesquisas em conjunto – nos permitem construir práticas de formação, pesquisas e produção de conhecimento não dissociadas da busca pela liberdade e, principalmente, são ações que procuram ser “social e politicamente responsável numa acepção que não é, propriamente, neutra ou liberal” (MAMA, 2017, p. 603). O contexto econômico, o acesso ao conhecimento, na ordem mundial, é desigual. Isso gera para o continente africano danos sérios, marginalizações e manutenção das desigualdades lá existentes. Buscamos, portanto, construir práticas formativas e conhecimento que não sejam de fora para dentro, mas em diálogo com as singularidades e considerando as compreensões que são próprias da cultura e das práticas sociais daquele país.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Cia. Das Letras, 2008.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- BARBOSA, M. V. **Leitura e escrita no Brasil, Honduras, Angola e Chile**: formação na universidade contemporânea e (re)produção de conhecimento. Projeto de Pesquisa, 2018.
- BARZOTTO, Valdir Heitor. Nem respeitar, nem valorizar, nem adequar as variedades linguísticas. **Revista Ecos**, Cáceres, v. 2, p. 93-96, 2004
- ECCO, Adanir; NOGARO, Arnaldo. A educação em Paulo Freire como processo de humanização. **Anais do XII Congresso Nacional de Educação**. PUCPR, 2015.
- GAMA, W. & VELHO, L. A cooperação científica internacional na Amazônia. **Estudos Avançados**, São Paulo, vol.19, n. 54, 2005.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- LUCCHESI, Dante. História do contato entre língua no Brasil. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza (Orgs). **O português afro-brasileiro**. Salvador: EDUFBA, 2009.
- MAMA, Amina. Será ético estudar a África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo Cortez, 2017.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. O samba é Morena de Angola: oralidade e música. **História oral**, vol. 7, p. 121-143, 2004.
- MENESES, Maria Paula. Corpus de violência, linguagens de resistência: as complexas teias de conhecimentos no Moçambique contemporâneo. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2017.
- MIGUEL, Maria Helena. **Dinâmica da pronominalização no português de Luanda**. Luanda: Mayamba Editora, 2014.

MUSEU AFRO DIGITAL - UERJ. **Memória do projeto Kalunga**. Disponível em <<http://www.museuafro.uerj.br/?work=memoria-do-projeto-kalunga>>. Rio de Janeiro. Acesso em: 05 jun. 2019.

NDOMBELE, Eduardo David. Reflexão sobre as línguas nacionais no sistema de educação em Angola. **Revista Internacional em Língua Portuguesa**, Lisboa, p. 71 - 89, - n.º 31, 2017.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

Revista Iniciação & Formação Docente, Uberaba, vol. 5, n. 2, 2018. Disponível em: <http://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistagedeles>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2017.

SIMIÃO, Daniel S.; SILVA, Kelly Cristiane da. Timor-Leste por trás do palco, um prólogo. In: SILVA, Kelly Cristiane da; DAMIÃO, Daniel (Org.). **Timor-Leste por trás do palco**: cooperação internacional e a dialética da formação do Estado. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007. p. 11-24.

